



UMA PERSPECTIVA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SALA DE AULA DA ESCOLA SOCIOEDUCATIVA EM JOÃO PESSOA

Camilla Queiroz de Oliveira¹

RESUMO

Esse artigo consiste na ênfase dos processos educacionais voltado para a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Socioeducativo, do qual, o público-alvo são adolescentes em conflito com a lei. A principal finalidade é investigar a prática pedagógica realizada na sala de aula da Escola Socioeducativa de João Pessoa, na Paraíba. E simultaneamente, realizar uma experiência de intervenção com a turma, fornecendo uma perspectiva desse trabalho pedagógico. Apresenta-se como uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida na turma dos anos iniciais de Ensino Fundamental da Escola Estadual Cidadã Integral Almirante Saldanha, anexada ao Centro Educacional de Atendimento (CEA). A prática pedagógica dos sujeitos da pesquisa, foram analisadas com base em três categorias: relação professor-aluno, planejamento e avaliação. Resultando que a prática pedagógica investigada se realiza mediante um espaço escolar específico, com características próprias. E essas singularidades afetam diretamente na relação professor-aluno, no planejamento, na execução de atividade e avaliação dos alunos, ocorrendo, muitas vezes, de forma incompleta. Concluindo ser necessário que alunos e professores estejam, conjuntamente, empenhados na qualidade e eficácia do ensino, com ensinamentos significativos para a vida após o cumprimento da medida socioeducativa, oportunidade de se desenvolverem cognitivamente, e principalmente, uma ressignificação do tempo vivido pelos alunos na privação de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas Socioeducativas. Socioeducadores. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Esse artigo consiste em uma proposta do componente curricular de Seminário Temático III, que está inserido na matriz curricular no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, situada em João Pessoa - PB. A ênfase nos processos educacionais, volta-se para a Educação de Jovens e Adultos na Escola de Sistema Socioeducativo, do qual seu público-alvo são adolescentes em conflito com a lei.

A Constituição Federal determina, no artigo 228, que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988). Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) aborda os direitos, e também, as

¹Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba e estagiária da Escola Almirante Saldanha, unidade do CEA, em João Pessoa.



sanções para essas crianças e adolescentes. No artigo 112 do ECA (1990), é exposto as Medidas Socioeducativas como providências adotadas aos menores que praticam atos infracionais, isto é, crime ou contravenção penal, na faixa etária entre doze á dezoito anos. E conforme previsto no art. 2º do ECA, pode-se estender até vinte e um anos incompletos.

Emergiu, a partir da efetivação dessas medidas socioeducativas, a noção de Socioeducação, compreendendo-a como uma articulação dos programas, serviços e ações concebidas através da “inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com os objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social” (BISINOTO et al., 2015).

Nesse contexto, a Socioeducação possui a incumbência de anular a existência de um atendimento apenas com sanções punitivas e corretivas, mas, que antes de tudo, o desempenho da medida socioeducativa tenha um caráter predominantemente educativo. Logo, a presença Escola Socioeducativa, e conseqüentemente, da prática pedagógica, tornam-se essenciais para o cumprimento dos objetivos da Socioeducação.

Diante do exposto, a principal finalidade desse trabalho é investigar a prática pedagógica realizada na sala de aula da escola incluída ao Sistema Socioeducativo de João Pessoa, na Paraíba. Simultaneamente, pretende-se também, realizar uma experiência de intervenção em uma turma dessa escola socioeducativa, e apresentar uma perspectiva do trabalho pedagógico.

O trabalho contribui, de forma significativa, ao oferecer subsídios teóricos e práticos aos futuros pedagogos que tenham interesse no conhecimento e na atuação da Pedagogia em uma Escola de Sistema Socioeducativo. Em virtude de que, existem algumas iniciativas dentro do processo acadêmico pedagógico para o trabalho na Educação de Jovens e Adultos. Mas, o temário da atuação na Socioeducação, ainda, possui uma exploração exageradamente escassa, principalmente, na formação propiciada pela Universidade Federal da Paraíba.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Art. 227 da Constituição Federal, deve-se garantir a proteção integral dos adolescentes e assegurar os seus direitos (BRASIL, 1988). Nessa doutrina de proteção integral, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em julho de 1990, como lei federal que objetiva a harmonização dos direitos da criança e do adolescente, em



conjunto de normas, e traz à tona os princípios e as concepções relativas à infância e a adolescência.

Dispõe, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. E que o direito de proteção à vida e à saúde, possui sua efetivação mediante as políticas sociais públicas que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Todavia, mesmo com essa proteção para às crianças e adolescentes, os atos infracionais é uma realidade social. Nessa preocupação específica, o ECA (1990) destina, também, as possibilidades e condições de reinserção social, bem como as ações a serem desenvolvidas pelas instituições na perspectivado adolescente em conflito com a lei. Compreendendo que os adolescentes estão susceptíveis as consequências dos seus atos infracionais, mas não são aptos a uma responsabilização penal, por suas condutas não serem consideradas como crime.

Nessa situação, o ato infracional vai ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente, e depois encaminhado para o Promotor de Justiça que utilizará o Estatuto da Criança e do Adolescente como base para suas decisões. Considerando a capacidade do ofensor, circunstâncias do fato e a gravidade da infração, torna-se cabível a aplicação das Medida Socioeducativa,

Cuja o objetivo é menos a punição e mais a tentativa de reinserção social, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Mesmo considerando o adolescente como pessoa na condição peculiar de desenvolvimento (Brasil, 1990), ao adotar medidas socioeducativas enquanto sanções – fruto da transgressão do dever jurídico –, o ECA foge às armadilhas das concepções retribucionista e paternalista. No retribucionismo encontra-se a defesa do aumento da repressão na proporção da gravidade das infrações praticadas, na expectativa da prevenção do cometimento delas; o paternalismo, por seu turno, tende a isentar de culpa os adolescentes que as cometerem, naturalizando a prática do ato infracional (FRANCISCHINI e CAMPOS, 2015, p. 268-269).

Destaca-se que enquanto sanção, a medida não é pena, pois esta busca-se causar sofrimento ao transgressor, puni-lo por meio da privação de direitos (FRANCISCHINI e CAMPOS, 2015). Mas a Medida Socioeducativa apresenta-se com um caráter predominantemente educativo no seu atendimento, independentemente de ser uma medida de privação de liberdade, devem produzir impacto positivo na vida do jovem.



Podem ser decretadas para os adolescentes até 18 anos de idade, porém o art.121 do ECA (1990) menciona que em casos de internação o cumprimento da medida pode chegar aos 21anos de idade. O art. 112 distingue as Medidas Socioeducativas em advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, além de outras medidas de proteção (ECA, 1990).

Nessa vertente, a Secretária Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretária Especial de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), associado ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA), e este com auxílio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), elaboraram uma proposta, em conjunto, para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, resultando na Resolução nº 119/2006.

Em 2012, a aprovação da Lei do SINASE (nº 12.594) regulamentou a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratique o ato infracional, com um sistema de responsabilização já prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Podendo ser compreendida como um conjunto de princípios, regras e critérios, que abarcam um caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo. E que estabelece uma maior coordenação entre a participação do Governo Federal, governos estaduais e municipais.

Nessa legislação, engloba desde o processo de apuração do ato infracional até o norteamento na execução da medida socioeducativa, instituindo diretrizes a serem cumpridas nas unidades, formas de gestão do sistema socioeducativo, práticas de controle social nas políticas e nas execuções das medidas de recuperação. E por fim, aborda de forma geral, os planos, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

O SINASE, determina, também, os parâmetros dessa ação socioeducativa, dividindo-as em eixos, tais como: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial de gênero e orientação sexual; cultura, lazer e esportes; saúde; educação; profissionalização, trabalho e previdência; abordagem familiar e comunitária; segurança; estágio; assessoria jurídica; e serviço egresso.

No eixo da Educação, encontra-se a instituição escolar concebida para o ensino desses alunos, que segundo Costa (2006), devem funcionar como prisões apenas externamente, para garantir os níveis adequados de contenção e segurança. Porém,



internamente, deve funcionar como escolas de educação para a vida, capazes de preparar os menores em conflito com a lei para o retorno ao convívio social.

A escola pode tornar-se uma oportunidade de inclusão social e é extremamente importante que sua estrutura, proposta e ação pedagógicas garantam uma educação social, que busque desenvolver atitudes e habilidades, de modo a possibilitar ao jovem uma ampliação de sua compreensão de mundo, preparando os adolescentes para o convívio social, para atuar como pessoas e futuros profissionais, visando o protagonismo juvenil (PADOVANI, S.; RISTUM, M. 2013, p. 154-155).

Constatando que, a escola além de evitar a recidiva do adolescente em novos atos infracionais, objetiva, paralelamente, o retorno do adolescente para o convívio social. Discursos de divergências, ainda, permeiam, na atuação dos profissionais que fazem parte das equipes socioeducativas. Mas mesmo havendo uma contrariedade no que diz respeito a essa conjuntura, considera-se que, o trabalho pedagógico deve ser capaz de abranger atividades educativas, culturais, lazer, recreação, e colaborar de forma pertinente com o processo de ação-reflexão-ação (PINTO, 2017).

A ação pedagógica socioeducativa deve ser estruturada na relação entre os sujeitos, também deve valorizar o conhecimento existente nos sujeitos em questão, esses que foram adquiridos em seu percurso pela vida, no coletivo, e que estão marcados pela exclusão, marginalização, o impacto da perda de liberdade, na carreira escolar interrompidas, nos insucessos, nas suas motivações e interesses pessoais (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES, 2015).

Observa-se um equívoco quando, muitas vezes, o educador assume uma conduta respaldada no senso comum, ou no pensamento de que os indivíduos, sentenciados a medida socioeducativa, são irrecuperáveis. Diante disso, culmina na crença de que é preciso desenvolver uma pedagogia específica para esse âmbito, fato que é evidenciado nos estudos, quando se tem a informação de que ocorre.

A instalação nas mentes, nos corações e nas atitudes de dirigentes, técnicos e educadores que atuam nessa área de que é necessária a criação de uma pedagogia específica para se trabalhar com o adolescente envolvido em questões de natureza jurídica. Trata-se, na verdade, de uma postura inteiramente distorcida e inconsequente de se abordar a situação porque [...] tudo que serve para trabalhar com adolescentes serve para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, porque toda ação educativa deve ser revestida de uma aposta no outro. Às vezes, nos deparamos com um ou outro educador que, referindo-se ao trabalho social e educativo dirigido ao adolescente em situação de risco pessoal e social, afirma, sem vacilações nem meios-termos: “Quero ver para crer”. Com certeza, quem não apostar que em cada educando existe um potencial a ser desenvolvido – promessas que trouxe consigo ao nascer – o qual, muitas vezes, não se faz evidente nos seus atos, não se presta, verdadeiramente, ao trabalho educativo. Não existe, na verdade, a demanda de se criar nenhuma proposta pedagógica singular para o



Entende-se que, os mesmos métodos e técnicas que funcionam nos adolescentes no Ensino Regular, também terão eficácia nos que estão, particularmente, em conflito com a lei e inseridos na escola do sistema socioeducativo. A comprovação acontece, por intermédio de Costa (2016), quando o mesmo exemplifica algumas ações educativas, tais como: a pedagogia da presença, relação de ajuda, resiliência, educação para valores, protagonismo juvenil, cultura da trabalhabilidade e códigos da modernidade.

Não se deve ter uma pedagogia específica, mas sim, uma prática pedagógica diferenciada que, mediante Câmara (2008), oportunize o projeto de inserção social, de ressignificação do tempo vivido na privação de liberdade, na aquisição de conhecimentos e habilidades significativas para a vida. Ressalta que “as atividades educacionais devem ser livres, e a grande metodologia deve ser a do diálogo, o que exige despojamento das crenças e dos preconceitos” (CÂMARA, 2008, p.90).

O maior desafio é auxiliar no desenvolvimento do aprender a ser e a conviver, porque na concepção de Costa (2016), foi justamente a falta de sucesso na aquisição dessas capacidades que cooperaram para os atos infracionais cometidos por esses indivíduos. Em concordância com isso, recomenda-se “uma educação que dê conta do dia-a-dia de todo o desenvolvimento individual e coletivo dos processos de socialização e educação do adolescente, com base na integração dos aspectos afetivo, intelectual e coletivo” (GONZALEZ, 2006, p. 44 apud PADAVANI; RISTUM, 2013).

Portanto, a educação, e conseqüentemente, o pedagogo, desempenham um papel fundamental na vida desses alunos, pois as atividades pedagógicas podem ser consideradas instrumentos para reverter a situação. Apresentando-se como um auxílio para que haja uma diminuição na frequência do contato desse adolescente com situações de risco, que eles se percebam como uma fonte de transformação para sua realidade, e que posteriormente, tornem a ter uma mesma conduta de violação às normas e leis do País.

METODOLOGIA

O método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para se coletar e analisar os dados. Pode ser considerado como as ferramentas que se faz uso no decorrer da pesquisa para alcançar o objetivo proposto (STRAUSS; CORBIN, 1998). Assim, a metodologia utilizada nesse trabalho apresenta-se como uma pesquisa de campo, de



natureza qualitativa e descritiva, que consistirá na Escola Socioeducativa de João Pessoa/Paraíba durante o período de 28 de agosto de 2018 e 18 de outubro de 2018.

A Escola Estadual Cidadã Integral Almirante Saldanha, possui, em média, 463 alunos e 83 funcionários, e oferece, atualmente, o Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. A instituição é fragmentada em quatro anexos distribuídos pela cidade, são eles o Centro Educacional do Adolescente, Centro Socioeducativo Edson Mota, Centro Educacional do Jovem e o Centro de Atendimento Socioeducativo Rita Gadelha.

Entre esses, o campo selecionado foi o Centro Educacional do Adolescente (CEA) localizado no endereço Av. Santa Bárbara, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB. Essa é a unidade de internação provisória, do qual, o prazo de permanência é de até quarenta e cinco dias, que corresponde ao tempo de espera para a sentença do ato infrator seja proferida e as medidas socioeducativas sejam aplicadas ao adolescente.

O grupo submetido a investigação foi a turma dos anos iniciais de Ensino Fundamental na Escola Socioeducativa anexada nesta unidade de internação provisória. A prática pedagógica é efetuada por duas professoras polivalentes, que se intercalam entre os dias da semana para ministrar suas aulas das disciplinas que são responsáveis. A classe atende, em média, dez alunos, do sexo masculino, coma faixa etária entre 12 e 21 anos (incompletos) e que seu nível escolar corresponde ao Ciclo I ou II da EJA.

No decorrer de toda a pesquisa, utilizou-se de observação sistemática das docentes no seu trabalho pedagógico em sala de aula e das ações na rotina escolar. E, realizou-se uma experiência de intervenção, através de quatro regências nessa sala de aula da Escola Socioeducativa de João Pessoa, fornecendo uma perspectiva da prática pedagógica, da atuação e atividades possíveis de serem desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Na exploração dos dados, realizou-se uma definição de categorias para condensar as informações coletadas e obter uma interpretação inferencial relevante para alcançar os objetivos desse trabalho. Assim, a prática pedagógica dos sujeitos da pesquisa, foram analisadas com base em três categorias: relação professor-aluno, planejamento e avaliação.

Observa-se a que a professora 1 cumprimenta os alunos com aperto de mão, na chegada e saída da escola, possui muito flexibilidade no seguimento do cronograma de



atividades, oportuniza espaços de conversa, escutando os alunos quando desejavam. E nas situações de conflitos entre os alunos, a professora prefere resolvê-los sozinha para não prejudicar os alunos, caso os problemas da sala de aula se estenda aos agentes socioeducativos. Em um dia de observação, a docente afirmou que sua função era essencial para os indivíduos, porque detém o “poder” de repará-los socialmente e de resgatá-los para a frequência da escola.

Percebe-se que uma aproximação com as Bases Éticas da Ação Socioeducativa quando “o educador, com base na sua experiência, procura ajudá-los, procura orientá-los para que eles encontrem o melhor caminho para superar seus impasses” (COSTA, 2006, p.44). E quando “cumprimenta o educando voltando-se para ele, indo ao seu encontro, tocando-o fisicamente, dirigindo-lhe palavras amigas, transmitindo-lhe segurança e apoio e abrindo-se para captar o seu estado emocional naquele preciso momento” (COSTA, 2006, p. 51).

A professora 2 proporciona, no início de suas aulas, uma acolhida com oração, que resulta na minimização da agitação, e conseqüentemente, os alunos começam o dia mais empenhados em aprender. Em contrapartida, não se verifica que essa humanização se prolonga na relação com os alunos durante o desenvolver da prática pedagógica, pois, diariamente, apresenta uma postura firme, sem permitir conversas de assuntos paralelos, centrada no conteúdo e menos acessível para a criação de vínculos afetivos.

Quando os educandos apresentavam circunstância de desabafo, não fazia a escuta e solicitava que mantivessem o foco na realização da atividade. A professora 2 se isenta da mediação quando os conflitos atrapalham o andamento da sua aula, permitindo que os agentes socioeducativos levem os alunos que estão envolvidos na situação para o quarto. O comportamento frente às situações de conflitos do dia a dia, talvez, seja a maior diferença na relação do professor com o aluno entre as profissionais.

Em uma comparação, a professora 1 alinha-se ao documento quando oportuniza uma “abertura, a aceitação, a compreensão e a disposição de compartilhar conhecimentos, sentimentos e vivências que são fundamentais ao direcionamento da ação educativa para o enfrentamento e a superação das reais necessidades, dilemas e impasses dos educandos” (COSTA, 2006, p.61). Contudo, observa-se que a ausência na postura de mediar os conflitos da professora 2 não é fator prejudicial para a relação professor-aluno.

Quanto as semelhanças referentes as interações com seus alunos, identifica-se que ambas valorizam a identidade de seus alunos, decoram seus nomes para iniciar uma conversa, ou chamá-los, sendo isto, um indicativo nas bases éticas da ação socioeducativa ao “tratar o



educando pelo nome desde o início, de modo a fazê-lo sentir-se alvo de uma atenção que o diferencia dos demais” (COSTA, 2006, p.50).

Exercem, igualmente, uma atenção individualizada quando os discentes demonstram dificuldade em alguma atividade que ocasiona o reconhecimento dos alunos de que há uma importância real em seu crescimento educacional. E nenhuma das professoras levam em consideração o cometimento do ato infracional, contemplando os adolescentes, apenas, como alunos, em decorrência disso, a relação professor-aluno é mais receptiva, recíproca e respeitosa.

O planejamento das ações ocorre de forma mensal, semestral, e também, anualmente, todavia, na observação sistemática realizada para essa pesquisa, apenas foi exequível a observação do planejamento semanal. Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa na unidade do CEA, possuem todas as terças-feiras do mês destinado as visitas da família. Por isso, a escola utiliza desse dia para o planejamento das atividades de quarta-feira à segunda-feira. A reunião ocorre na sala dos professores com a participação de todos os professores, coordenadora pedagógica, vice-diretora e diretora da instituição.

Inicialmente, todos fazem um levantamento de ideias para basear a criação de um planejamento específico para a semana vigente. Em conjunto, se elege um único tema, se debate as propostas e os objetivos que pretendem atingir, equitativamente, em todas as turmas e se compartilha sugestões de atividades e materiais que podem ser utilizados para trabalhar o assunto. E também, definem uma mesma prática que será desempenhada na junção de duas turmas diferentes com 1 ou 2 horas de aplicação.

Em seguida, dialogam sobre os horários das aulas e das atividades extraclasse que cada professor ficará responsável naquela semana, com intuito de resultar em um consenso no cronograma coletivo. A prática corresponde as concepções de ação socioeducativa, visto que mesmo o trabalho pedagógico “sejam diferenciados, essa diferenciação não deve gerar uma hierarquia de saberes, impedindo a construção conjunta do processo socioeducativo de forma respeitosa, democrática e participativa” (SINASE, 2006, p. 48).

Em outra etapa do planejamento, os profissionais pensam em um plano de aula, centrado na interdisciplinaridade daquele tema escolhido, para a turma que está sob sua responsabilidade. As professoras dispõem de liberdade para a tomada de decisão de quando e como ensinar, além de como proceder na avaliação, mas a coordenação pedagógica solicita que a aprendizagem seja construtiva e significativa. Essa orientação coincide com o SINASE (2006) quando registra que os socioeducadores devem buscar uma ação pedagógica que



privilegie a descoberta de novas potencialidades direcionando construtivamente o futuro dos seus alunos.

Na questão das atividades, materiais e recursos didáticos selecionados para o uso das aulas do grupo submetido a pesquisa, observou-se que a professora 1 se apoia na demanda que os seus próprios alunos trazem, considerando os interesses e as curiosidades dos alunos para as propostas, na intenção de que haja o envolvimento geral. A professora 2 utiliza o livro didático da EJA para auxiliar sua decisão do conteúdo, e diante disso, seleciona as atividades, os materiais e recursos didáticos. Preocupa-se em fazer uma correlação dos conteúdos com conhecimentos pré-existentes nos alunos, ensinando como podem aplicá-los no cotidiano.

Tudo que for executado na sala de aula precisa ser socializado no planejamento e deve estar alinhado ao currículo escolar, considerado como um guia para ações educativas desses docentes. Verifica-se, a todo momento, uma preocupação no planejamento, elaboração e execução das atividades pedagógicas, para que estejam conforme as determinações, mesmo que não haja sucesso na totalidade das ações.

Entre eles, o Protagonismo Juvenil foi bastante identificado durante as observações, trazendo ao socioeducador, uma atribuição de ampliar e qualificara participação dos alunos na ação social e educativa. E que esses devem ser “percebidos como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade), atuando como parte da solução e não apenas do problema” (COSTA, 2006, p. 44).

Constatou-se que o currículo é elaborado a partir de um Projeto Pedagógico, produzido pela equipe técnica dentro das unidades de atendimento socioeducativo e contendo informações sobre a instituição como: “objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe” (SINASE, 2006, p. 47). Infelizmente, o Projeto Político da instituição não foi disponibilizado para análise, com a justificativa de estar em atualização, essa impossibilidade estendeu-se, também, para o currículo escolar. Não sendo possível examinar se há coerência, ou não, com as propostas de ações estabelecidas pelos documentos.

No aspecto da avaliação, as duas professoras realizam uma avaliação diagnóstica com os adolescentes no primeiro dia que chegam na sala de aula. Volta-se, na maioria das vezes, em um pedido de escrever seu nome, do reconhecimento das letras e números e da leitura de algum texto do livro didático. Essa prática concede a professora um conhecimento do que o aluno sabe, ou não, e daquilo que possui mais dificuldade.



O desenvolvimento educacional é avaliado pela professora 1 com base em suas análises semanais, se os alunos atenderam as suas expectativas e se houve eficácia no processo de ensino-aprendizagem. A avaliação da professora 2 é exercida na realização das atividades diárias, do qual, os resultados que se obtém, indica se a mesma prossegue com o plano de aula, ou se há necessidade de permanecer naquela atividade que ainda não teve a resposta almejada.

Outro método de avaliar, adotado por ambas as professoras, é o acompanhamento contínuo da escrita e da leitura, e principalmente, no interesse do estudante permanecer frequentando a escola após o cumprimento das Medidas Socioeducativas. Essas ponderações afastam-se do mencionado nos documentos quando o poder de avaliar centra-se apenas nas professoras, não oferecendo aos educandos uma participação crítica na “avaliação das práticas sociais desenvolvidas, possibilitando, assim, o exercício – enquanto sujeitos sociais – da responsabilidade, da liderança e da autoconfiança” (SINASE, 2006, p. 47).

As socioeducadoras, ainda, precisam fazer relatórios dos alunos para adicionar ao Plano Individual de Atendimento (PIA), possuindo extrema relevância, inclusive, para auxiliar o Poder Judiciário na necessidade ou manutenção da sentença. No período que ocorreu a observação, não se obteve acesso ao PIA de nenhum aluno, contudo, houve o registro das professoras sobre os comportamentos, participação sucessos e insucessos nas atividades pedagógicas de cada discente. O procedimento está em total concordância com o documento, quando “registra as alterações (avanços e retrocessos) que orientarão na pactuação de novas metas” (SINASE, 2006, p. 52).

Diante da observação sistemática, surgiu a necessidade que a experimentação da prática pedagógica deixasse contribuições reais para a vida dos jovens privados de liberdade, mas que a ação pedagógica estimulasse a leitura e a escrita, porque é a dificuldade de maior índice entre os discentes. Com isso, as atividades foram desenvolvidas na perspectiva das habilidades sociais, autopercepção, motivação, valores e virtudes. O cronograma dessas regências encontra-se nos apêndices dessa pesquisa, com as datas e descrição suscita das atividades executadas na sala de aula dos anos iniciais de Ensino Fundamental.

Os resultados da intervenção, foram descritos abaixo, de forma pontual, com os aspectos mais relevantes para a compreensão dessa prática pedagógica dentro da Escola do Sistema Socioeducativo. A prática pensante não é um hábito entre os alunos, e quando solicitados a realizar as atividades que os fizesse pensar, afluía um sentimento, geral, de que não eram capazes. Na turma, apenas um aluno sabia ler, ocasionando nos demais uma



impaciência quando era requerido atividades de leitura, e por apresentarem dificuldade no exercício, preferiam voltar para os quartos.

Em debate acerca do que gostariam de fazer nas aulas, os alunos mencionaram que “*era mais difícil ler*”, que “*não sabiam ler*” e que seria melhor aulas com “*atividade de escrever para treinar*”. Com isso, houve uma mudança no cronograma das atividades, afastando-se de um caráter abstrato, e aproximando ao caráter mais concreto. Constatando uma diferença no comportamento dos alunos, que passaram a ouvir, demonstrar interesse e empenharam-se a aprender aquilo que estava sendo proposto. Muito embora essas alterações tenham sido determinantes para não atingir o objetivo de estimulá-los na leitura, favoreceu no aprimoramento da caligrafia, elemento visível no percurso dos exercícios.

Em compensação, as atividades atingiram um objetivo que, inicialmente, não era pretendido na intervenção. Detectou-se que os alunos sabiam escrever, mas, não tinham o total entendimento daquela escrita, pois suas práticas eram reprodutivas daquilo que se enxergava no quadro. Eles possuíam muita dificuldade, no reconhecimento das palavras – inclusive do seu próprio nome se escrito no quadro – e também, na distinção entre vogais e consoantes. Todavia, identificavam corretamente as letras quando associados a sequência do alfabeto colado na parede da sala de aula.

Durante as regências, houve a explicação prévia dos exercícios, mas priorizou-se que as respostas fossem escritas da forma que pensavam, que haveria uma socialização das suas próprias elaborações, e a partir disso, haveria a escrita no quadro. Ressaltou-se que eles não seriam avaliados, que não consideraria o erro ou acerto, mas sim, a tentativa. E que caso eles identificassem o erro de ortografia, após a escrita no quadro, eles poderiam fazer a correção.

Ao término da intervenção, os resultados foram extremamente significativos nesses aspectos, pois os alunos tiveram a compreensão efetiva das letras do alfabeto, conseguiram distinguir vogais e consoantes, reconhecer seus nomes quando escritos no quadro, superaram as dificuldades de escrever sem copiar do quadro, e principalmente, quando na última atividade, individualmente, foram ao quadro e escreveram suas próprias respostas.

A atividade de habilidades sociais, talvez, não tenha propiciado resultados satisfatórios de fortalecer as capacidades de enfrentamento das adversidades dos alunos, e de norteá-los na escolha de ações mais apropriadas em sociedade. Em razão de que todos atuaram no jogo da simulação, produziram novas soluções e escolheram comportamentos mais adequados nas situações-problemas. Mas, em outros dias, não conseguiram agir



conforme os ensinamentos nos conflitos interpessoais. Porém, essa comprovação só poderá ser feita posteriormente através da professora supervisora e/ou funcionários da instituição.

A atividade de autopercepção proporcionou uma importante reflexão acerca da concepção de si mesmo e sobre o que almejam para o futuro. Apesar dos alunos resistirem bastante na escrita e/ou desenho com projeções de si, a ideia contribuiu para a construção de identidade. A atividade destinada para motivação, teve um efeito positivo na iminência de que os alunos sentiram vontade de partilhar suas angústias, limitações e dificuldades em mudar de vida. E a associação com a atividade escrita viabilizou uma troca de conhecimento professor-aluno e aluno-aluno.

Quanto ao nome do livro com todas as produções, escolheram “o livro dos jovens aprendizes”, como forma de expressar os sentimentos de satisfação em se dedicarem ao projeto para aprender novos conhecimentos. E como compromisso de continuarem buscando serem jovens aprendizes quando retornarem para o convívio social. Portanto, mesmo com as dificuldades, as atividades cooperaram para uma evolução dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, na construção de identidade, na socialização, e até mesmo na correlação das atividades pedagógicas com as suas vidas pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica investigada realiza-se mediante um espaço com características próprias, visto que os alunos não estão em condição permanente, pois a privação de liberdade é apenas por determinado tempo. Há uma diferente abordagem na execução da EJA, currículo diferenciado, processo de ensino-aprendizagem descontínuo, heterogeneidade nos níveis escolares, sem divisões dos alunos pelo pertencimento à facção criminosa diferente, as concepções enraizadas de não ser capaz de mudança e conflitos interpessoais na sala de aula.

É nítido que essas singularidades afetam a relação professora-aluno, o planejamento, a execução de atividades, a avaliação dos alunos e sua autoavaliação, ocorrendo, muitas vezes, de forma incompleta. Na experiência de intervenção, foi possível obter uma perspectiva dessa complexidade que se detém para a realização do trabalho pedagógico, do qual, enfrentou-se, todos os dias, obstáculos para o êxito no processo de ensino-aprendizagem.

Concluindo que, a prática pedagógica deve exercer uma influência positiva perante os alunos, fomentando na construção da autonomia, da identidade e do conhecimento.



Tornando-se necessário que alunos e professores estejam, conjuntamente, empenhados na qualidade e eficácia do ensino, com ensinamentos significativos para a vida após o cumprimento da medida socioeducativa, oportunidade de se desenvolverem cognitivamente, e principalmente, uma ressignificação do tempo vivido pelos alunos na privação de liberdade.

Por fim, a pesquisa foi extremamente interessante porque, oportunizou o primeiro contato com essa atuação, tornando um desafio pessoal de saber e conhecer mais sobre essa realidade. Durante todo o processo, proporcionou vivência enriquecedoras para a vida pessoal, acadêmica e profissional. E beneficiou para uma formação com competência no trabalho pedagógico dentro da escola socioeducativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Resolução 1/2006, Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. **Escola Nacional de Socioeducação: parâmetros de gestão, metodológicos e curriculares**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2014.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Câmara dos Deputados, Lei no 8.069 de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Presidência da República, Lei nº 12.594 de 2012.

BISINOTO, Cynthia. et al. **Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo**. Psicologia em estudo, v. 20, n. 4, p. 575-585.

CÂMARA, H. F. Saberes, sabores, travos e ranços: a vida num currículo. MACHADO, M. M. (Org.). **Formação de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC/UNESCO, 2008, p. 85-102.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. **Adolescente em conflito com a lei e medidas socioeducativas: limites e (im) possibilidades**. PSICO, Revista da PUC-RS, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 267-273, set. / dez. 2005.



COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos., 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **As bases éticas da ação socioeducativa: Referenciais Normativos e Princípios Norteadores.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação nas Prisões.**Paraíba: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba/Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, 2015.

PADOVANI, Andréa Sandoval; RISTUM, Marilena. **A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade.** v. 39, n. 4, São Paulo: Educação e Pesquisa, 2013, p. 969-984.

PINTO, Willian Vinicius. **A pertinência do pedagogo na ação socioeducativa.** v. 3, n. 1, [S.l.] Revista Pedagogia Social UFF, 2017.

STRAUSS, Anselmo.; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2^a ed. Porto Alegre: Artmed; 2008.

**APÊNDICE A – Cronograma de atividades**

TEMA	HABILIDADES SOCIAIS	AUTO PERCEPÇÃO	MOTIVAÇÃO	VALORES E VIRTUDES
ATIVIDADE	Reflexão da importância dos comportamentos	Introduzir com o alfabeto, as consoantes e vogais	Distribuição de cartões com as letras da palavra felicidade	Introduzir conceito de adjetivo para explicar as virtudes e os valores
ATIVIDADE	Apresentação do modo assertivo, passivo e agressivo	Atividade com o nome dos alunos	Produção de acróstico com a palavra felicidade	Criação de exemplos pelos alunos
ATIVIDADE	Apresentação do semáforo de trânsito como passos para o autocontrole	Roda de conversa sobre a autopercepção do futuro	Filme: em busca da felicidade	Atividade escrita sobre os valores e virtudes
ATIVIDADE	Simulação individual de uma situação-problema para a turma	Escrever e/ou desenhar as projeções de si	Roda de conversa	Escrita dos alunos no quadro
ATIVIDADE	Elaboração de soluções mais adequadas	Apresentação para a turma	Atividade escrita com base no filme	Leitura de fábulas
ATIVIDADE	QUIZ com situações e comportamentos			Escolha do nome para o livro
ATIVIDADE				Produção das dedicatórias